



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

TRABALHO – EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA APREENDER A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SUA INTERFACE COM O TRABALHO

Danielle Viana Lugo Pereira¹
Arianny Estéfanos Lemos Costa²

Resumo: O trabalho trata-se de uma reflexão teórica entre as particularidades do trabalho assalariado contemporâneo e as exigências da lógica privada que se impõe na educação, com ênfase no Serviço Social. Portanto, conclui-se que é essencial apreender as principais tendências que envolve a relação entre formação profissional e trabalho profissional.

Palavras-chave: Trabalho, Educação. Serviço Social.

Abstract: The work consists of a critical characteristic as particularities of contemporary wage labor and the requirement that private attention be imposed on education, with emphasis on Social Work. Therefore, it is concluded that it is essential to take as main trends that involve a relationship between vocational training and professional work.

Keywords: Work, Education. Social service.

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é analisar a relação posta entre as particularidades do trabalho assalariado contemporâneo e as exigências da lógica privada que se impõe na educação, com ênfase no Serviço Social. Sob esse prisma, compreende-se que pensar sobre as recentes mutações do trabalho e as suas incidências no trabalho dos/as assistentes sociais é essencial apreender a problemática que envolve a relação entre formação profissional e trabalho.

Nessa perspectiva, este trabalho inclui esta introdução, duas partes e as considerações finais. Dessa forma, na primeira parte problematizamos a indissociabilidade do eixo analítico trabalho e educação. Na segunda parte apreendemos algumas das principais tendências que há no Serviço Social brasileiro no contexto de acirramento neoliberal. Por fim, apresentamos as considerações finais, apontando que sem a garantia das condições para o exercício da reflexão crítica a formação profissional e o trabalho

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: daniellelugo.ufba@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: daniellelugo.ufba@gmail.com.

das/os assistentes sociais pode reforçar um perfil profissional que segue na perspectiva de meros executores terminais das políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO

No âmbito do Serviço Social destacam-se o papel das entidades representativas (Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e, sobretudo ABEPSS), juntamente com parcelas significativas categoria profissional, as quais construíram um determinado Projeto Ético-Político que assume uma perspectiva da indissociabilidade entre o trabalho e a formação profissional. Portanto, apreende-se a formação acadêmico-profissional em sua interface com o trabalho.

Observa-se fundamentalmente, dois aspectos importantes a serem considerados no perfil profissional preconizado no Projeto Ético-Político. O primeiro aspecto se vincula as Diretrizes Curriculares aprovadas em novembro de 1996 que, sintetiza o seguinte perfil do bacharel em Serviço Social:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e efetivando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 1999).

O segundo aspecto envolve a defesa de um conjunto de princípios ético- políticos por meio do Código de Ética de 1993. A saber:

Destacam-se no campo ético-político o reconhecimento da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia; a defesa da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento radical a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e sua gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (ABEPSS, 2004, p.73-74)

Esses dois aspectos representam a defesa e a garantia de um perfil profissional diametralmente contrário aos ditames da lógica educacional contemporânea imposta pelo capitalismo. Ditames que preconizam uma formação profissional afinada em enquadrar o nível de qualificação da força de trabalho direcionada para permanência do capitalismo. Ademais, nesse modo de produção e reprodução do capital o processo de trabalho apresenta como uma de suas características principais o acirramento da fragmentação, cada vez mais, da divisão social do trabalho e com ela a separação do trabalho manual do intelectual. De acordo com Tonet (2012):

A fragmentação do processo de trabalho e a cisão entre o momento teórico e o momento prático fazem com que os trabalhadores, responsáveis pela produção da riqueza, sejam impedidos de ter acesso a um saber que implique o conhecimento e o conseqüente domínio sobre a totalidade do processo produtivo. Dessa forma, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual se torna um instrumento de dominação do capital sobre o trabalho. (TONET, 2012, p.55).

Observa-se que, todos os níveis da educação é imposto um modelo de formação da classe trabalhadora inteiramente direcionada para atender as exigências do mercado capitalista.

Assim, no que tange ao Serviço Social um dos desafios que nos impõe é apreender como se configura o perfil profissional e quais são as principais dificuldades enfrentadas na atualidade para garantir um perfil profissional sintonizado com os princípios e valores norteadores do Projeto Ético-Político. Para tanto, faz-se necessário trazer para o centro do debate da agenda das ações políticas da categoria profissional o eixo trabalho e educação.

Nessa perspectiva analítica, privilegiaremos alguns dados sobre a realidade da educação no Brasil e, principalmente, que tipo de educação vem sendo exigida para classe trabalhadora. Marx (2008) nos fornece uma chave analítica ao pensar sobre o papel da educação para produção e reprodução do capital.

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo o nível de qualificação da força de trabalho. (MARX, 2008, p.202).

Nesses termos supracitados, Marx (2008) aponta que para o capital é mister assegurar determinado custo direcionado para educação ou treinamento da classe trabalhadora, com finalidade de forjar uma educação favorável à lógica do capital. Historicamente, é possível afirmar que há uma profunda separação e diferença entre o perfil de uma educação destinada para formação da classe trabalhadora e aquela educação direcionada a classe detentora dos meios de produção. Conforme explicita Saviani (2007):

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. (SAVIANI, 2007, p.4).

Nesse sentido, os representantes do capital mundializado ditam as normas e estabelecem o que consideram eficaz para educação ou treino para tornar a força de trabalho, cada vez mais, explorada pelo capital. Coggiola (2001) identifica, fundamentalmente, dois elementos importantes nas transformações em curso do sistema educacional tanto na particularidade brasileira quanto no mundo. Vejamos:

As transformações, propostas ou em curso, na área educacional e universitária (...) respondem a duas ordens de problemas: a) a articulação do sistema educacional e universitário com a economia e a sociedade em geral; b) a estrutura interna do sistema educacional e universitário considerada em si mesma, como um ramo específico da produção, submetido portanto às exigências da lucratividade (lei do valor) e do equilíbrio fiscal do Estado, quando a educação faz parte do setor público. (COGGIOLA, 2001, p.7).

Assim, sob a perspectiva do capital faz-se necessário atender as exigências do mercado. Desta feita, é imprescindível deixar o mercado agir livremente, onde a suposta “mão invisível” regula tudo e todos. O capital, ao longo do tempo, vem transformando todas as necessidades humanas, como por exemplo, a educação, em meras mercadorias. Nessa lógica a educação é capturada pela lógica mercantil.

O sistema educacional não é poupado pela lógica mercantil disseminada em todo tecido social (Cardoso, 2001), considerando-se sua importância na reprodução social. As atuais exigências derivadas destes processos de globalização trazem profundas alterações nos aspectos econômicos, culturais e sociais, com repercussões nas inter-relações globais e locais no mundo do trabalho e nos processos de inclusão e exclusão presentes na contemporaneidade. No Brasil, a

reforma universitária, ora em curso, pressupõe ampliar e sedimentar o debate sobre a temática da formação profissional e seus espaços. (ABEPSS, 2004, p. 74).

Desta feita, a reforma universitária vem com muita força sendo orquestrada pelos países do capitalismo central, sobretudo, no limiar do século XX e entrada do século XXI.

Assim, pode-se afirmar que a primeira grande expansão do ensino superior ocorreu no período ditatorial, com a Reforma Universitária de 1968 – associada à Reforma da Educação Profissionalizante, de 1971 -, expressando um claro perfil para a lógica expansionista: privatista, mercantilizado, pulverizado em instituições não universitárias, com cursos de baixo custo, especialmente na área de humanidades. (CFESS, 2014, p.16).

O sistema educacional se molda aos interesses e diretrizes propagados pelos organismos supranacionais, como o FMI, BID/Banco Mundial e OMC. Essa propagação segue uma lógica expansionista atrelada ao mercado e tem como marco o Processo de Bolonha.

No Brasil o sistema educacional do ensino superior é majoritariamente privado, portanto, conformando uma direção significativa na condução das Instituições de Ensino Superior (IES's). Isso comprova que, em grande medida, a educação superior vem se constituindo, ao longo do tempo, numa mercadoria lucrativa para “os empresários da educação”. Há no país 2.391 número de instituições de educação superior no Brasil. (MEC/INEP/DEED, 2016). Nesse processo, observa-se uma clara redefinição do papel das IES's, especialmente, em 2006 com a promulgação da modalidade EaD, que, sem dúvida impacta no novo desenho da educação superior.

No que diz respeito às universidades públicas, consideramos marcos importantes às implementações de programas, tais como: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³ e PROUNI. Tais programas são apontados como um dos fatores responsáveis pela redefinição em curso do novo papel das Universidades Públicas.

³“O REUNI é uma inteligente ação do governo na medida em que é apresentado como democratização do acesso, realizando a abertura de vagas em universidades públicas (federais) e permitindo a realização de concursos para docentes nestas universidades. É importante ressaltar, entretanto, três eixos de análise do processo de implantação do REUNI: (i) que o aumento do número das vagas de concursos para docentes não tem correspondido ao número de vagas e cursos que estão sendo criados nas federais, o que indica a materialização do aumento efetivo da relação professor/aluno na graduação; (ii) que os concursos que estão sendo realizados não levam em conta a ampliação de vagas e de cursos já realizada ao longo da década de 1990, portanto, a entrada de novos professores não tem alterado, de fato, a sobrecarga de trabalho já existente nos cursos de graduação e (iii) que este aumento de vagas/cursos e a contratação de professores, nos marcos do REUNI, está dando materialidade a política de massificação do ensino, de certificação em larga escala e de aprofundamento da concepção da universidade de ensino.” (LIMA, 2010, p. 19).

De acordo com alguns aspectos apontados por Lima (2009) por meio da análise dos principais documentos que embasam a orientação da educação superior no Brasil, podemos identificar seis eixos com significativas mudanças na nova concepção da política educacional para as universidades. Vejamos:

1) a reestruturação pedagógica dos cursos de graduação, realizada a partir da organização de disciplinas afins ou ciclos básicos, fundamentada no discurso sobre a necessidade de utilização do paradigma da interdisciplinaridade. Portanto, ainda que não explicitem a referência aos ciclos ou ao Bacharelado Interdisciplinar (BI) é desta reestruturação que os documentos tratam; 2) a flexibilização das estruturas curriculares, através da redução do número de pré e co- requisitos e de disciplinas obrigatórias e o aumento do número de disciplinas optativas; 3) o uso intensivo das tecnologias educacionais seja através dos cursos de graduação a distância, dos cursos semipresenciais, do uso do EAD nos cursos presenciais e do uso de teleconferências; 4) a substituição do professor pelo aluno monitor ou tutor, de graduação ou de pós-graduação, considerado com “bom desempenho”; 5) a implantação de novos itinerários ou regimes curriculares e de um novo sistema de títulos que operacionalize a emissão de atestados de aproveitamento, certificados para cursos de curta duração e diplomas para integralização dos cursos de graduação e, por fim, 6) a mobilidade estudantil entre IES públicas e/ou privadas operacionalizando mais uma possibilidade de diluição das fronteiras entre público e privado na política educacional. (LIMA, 2010, p.21)

Diante desta realidade, a educação no âmbito do Serviço Social sofre os impactos da direção hegemônica do projeto do neoliberal. Por hegemonia apreende-se através de uma precisa concepção formulada por Fortunato (2009) à luz do pensamento de Gramsci.

A hegemonia é o exercício do poder por meio do equilíbrio entre a dominação e a coerção, considerando também o equilíbrio entre direção e consenso. Assim, Gramsci dá importância à sociedade civil (escola, igreja, universidades, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, entre outros) para a construção de uma consciência crítica, levando a classe trabalhadora a formar um senso ativo a partir de um amplo debate. (FORTUNATO, 2009, p. 9470).

Tomando como expressão da realidade a particularidade dos cursos em Serviço Social brasileiro é bastante emblemática a hegemonia do setor privado nesta área. Diante disso, identificamos duas ordens de preocupações. Essas ordens de preocupações estão totalmente articuladas, embora aqui abordadas separadamente para efeitos didáticos.

A primeira ordem de preocupação encontra-se no plano qualitativo, podemos presenciar um movimento de continuidades e rupturas. Movimento que impulsiona à continuidade no tocante a direção que o mercado quer imprimir para um determinado perfil profissional. Direção que objetiva forjar, fundamentalmente, um perfil profissional restrito a dimensão técnica.

Essa perspectiva mercantil já foi identificada por Netto (1996) ao desenvolver sua tese sobre a emergência profissional do Serviço Social *indivorciável* (nos termos do autor) da ordem monopólica que cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. Ademais, observa-se que, nas recentes mutações do mundo do trabalho com interface na formação acadêmico-profissional, em grande medida, o perfil profissional exigido pelo mercado reedita a perspectiva dos/as assistentes sociais como “agentes executores das políticas sociais”. Conforme Netto (1996):

[...] a natureza da prática técnica é essencialmente *executiva*, põe-se a demanda de atores da mais variada ordem, entre os quais aqueles que se aloca prioritariamente no patamar terminal da ação executiva – o ponto em que os diversos vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da “questão social” recebem a direta e imediata resposta articulada nas políticas sociais setoriais. Neste âmbito está posto o mercado de trabalho para o assistente social: *ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais*. (NETTO, 1996, p.70-71).

Ambas as ordens de preocupações nos indicam um mesmo ponto em comum: são dados da realidade os quais trazem tensionamentos e implicações no que tange a garantia dos valores e princípios preconizados no Projeto Ético- Político. Diante do exposto, as duas ordens de preocupação atingem profundamente o perfil profissional construído a partir do final da década de 1990 e reafirmado, até então, pelas entidades representativas do Serviço Social brasileiro, sobretudo pela ABEPSS.

Em suma, a formação profissional e o trabalho profissional são dimensões que devem ser vistas como processos indissociavelmente imbricados entre si. No que tange a formação profissional na área de Serviço Social observa-se, uma radical crítica das entidades representativas acerca do atual processo de expansão, sob a predominância da lógica privada do ensino superior. Emblemática foi campanha realizada pelo CFESS “educação não é *fast food*” duramente combatida pelos empresários da educação superior que entraram com uma ação judicial contra a referida campanha.

O ObervaRH da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2012) com base nos dados do INEP/MEC, observou que as vagas dos cursos de graduação em Serviço Social segundo a natureza jurídica, no período compreendido entre 2000 a 2010, “a esfera privada sempre ofereceu maior número de vagas em cursos de graduação em serviço social. Com o passar dos anos, o número de vagas privadas apresentou um crescimento de 161%, enquanto que na natureza pública apenas 12%.” (UERJ do ObervaRH, 2012)

Desse modo, as entidades representativas do Serviço Social brasileiro ABEPSS, CFESS e ENESSO (1999) se posicionam e afirmam que, “o ensino universitário tende a ser reduzido ao treinamento, à transmissão de conhecimentos, marcam o ensino fragmentado.” (ABEPSS, CFESS, ENESSO, 1999).

O crescimento exponencial do ensino superior na área do Serviço Social revela um processo de massificação na formação profissional com interface no trabalho profissional. Massificação mercantil que se verifica nos espaços de formação acadêmica profissional, pois a maioria dos cursos na área de Serviço Social sendo direcionados pela lógica mercantil-privada, não prima pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Essa lógica neoliberal para educação foi atestada pelo desrespeito do Ministério da Educação (MEC) em decorrência da homologação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Em análise realizada por Ortiz (2013) a autora demonstra que as diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e, referendadas pelas demais entidades representativas foram profundamente atingidas. Partes fundamentais foram suprimidas e outras modificadas quando foram homologadas pelo MEC em 2001, haja vista eliminações de trechos essenciais para a sustentação de um perfil profissional vinculado ao Projeto Ético-Político.

Diante dessa realidade, as organizações da categoria profissional resistem à formação profissional atrelada a um perfil forjado para atender meramente as exigências do mercado de trabalho. Desta feita, re/afirmam um perfil profissional fincado nos valores e princípios do Projeto Ético-Político com filiação à teoria social crítica. Essa teoria se constitui num dos aportes fundamentais na luta pela garantia dos valores e princípios prescritos no Código de Ética de 1993.

Em linhas gerais, afirmamos que o ensino superior atrelado à lógica mercantil privada tente a impulsionar uma formação de bacharéis assistentes sociais enquadrados num perfil técnico-burocrático que, despolitiza ou nos termos de lamamoto (2017) politiza os/as assistente sociais à direita. Segundo lamamoto (2017, p. 33), “a massificação e a perda de qualidade da formação universitária *facilitam a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’*, tendentes a um processo de politização à direita da categoria.” [grifos da autora].

RESULTADOS

Apreendem-se algumas das principais tendências que há no Serviço Social brasileiro no contexto de acirramento neoliberal, como: perda da garantia efetiva da reflexão crítica; “[...] tendência crescente de desqualificação do processo formativo e concomitante desvalorização profissional com consequente reconfiguração profissional.” (CFESS, 2014, p.34).

Ademais, há um aprofundamento da precarização do trabalho docente, sobretudo, na realidade dos docentes/tutores na modalidade EaD; massificação voltado para um ensino

com interesses do mercado (lucratividade) e governamentais (baixo custo e índices estatísticos); descaracterização e desrespeito as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, principalmente no que tange ao descumprimento da Política de Estágio da ABEPSS e da Resolução 533/2008, dentre outras consequências. Tal tendência evidencia um nítido impacto do perfil profissional construído a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS. Impacto que, acarretam consequências profundas no perfil profissional vinculado ao Projeto Ético-Político. Para Barroco (2011), trata-se de formas de reprodução do neoliberalismo contemporâneo:

Formas de capacitação que têm se desenvolvido através da utilização de meios virtuais, têm contribuído para retirar do ensino a possibilidade *interativa* exigida pelo conhecimento crítico. Cursos à distância, salas de discussão virtual, leituras virtuais, entre outras, são algumas das formas de reprodução do neoliberalismo contemporâneo: indivíduo isolado e passivo diante de uma máquina se comunicando com imagens e ideias que substituem as relações humanas por relações entre objetos e imagens fetichizadas. (BARROCO, 2011, 214)

Portanto, na contramão do perfil profissional direcionado às exigências do mercado, é válido registrar focos de resistências e de lutas. Assim, destaca-se o Projeto da ABEPSS-Itinerante. Outro importante projeto é “Ética em Movimento”. Tanto a ABEPSS- Itinerante quanto o Ética em Movimento difundem os princípios ético-político da profissão. Nessa contracorrente o elemento da crítica ao capitalismo se faz presente como ponto de partida, indispensável para decifrar o tempo presente.

Ademais, vários momentos de reflexões da categoria profissional os quais se destacam os Congressos Brasileiros em Serviço Social (CBAS) e os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) atestam as posições políticas que direcionam o trabalho profissional. Todos esses momentos onde reúnem parcela significativa da categoria profissional são expressivos as formas de lutas por uma determinada direção na condução do Serviço Social brasileiro. Direção que segue numa perspectiva da construção de uma nova hegemonia contrária as mais variadas formas de opressão e violações de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, apreende-se que no contexto societário contemporâneo lutar na perspectiva de garantir processos comprometidos com as diretrizes e princípios expressos no Projeto Ético-Político, tanto no processo formativo quanto na realização do trabalho profissional, torna-se cada dia mais desafiador. São desafios que instigam os sujeitos

individual e coletivamente a pensar e forjar estratégias de luta capazes de avançar em processos emancipatórios.

Outro desafio importante é fortalecer politicamente na direção do Projeto Ético-Político. Direção social que mantém viva a luta cotidiana da emancipação política, mas que não se limita a ela. Haja vista que, o Projeto Ético-Político se filia a causa revolucionária da concretização do projeto societário fincado na emancipação humana.

No que tange aos/as trabalhadores/as assistentes sociais, destacam-se as diversas lutas fomentadas por meio da construção de uma agenda de resistências impulsionadas pela categoria profissional e suas entidades representativas, principalmente, o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS. Portanto, são lutas forjadas tanto no interior da profissão e fora dela, pois as lutas dos/as assistentes sociais convergem, em larga medida, com as lutas dos/as demais trabalhadores/as que, seguem na contramão do movimento histórico ultraconservador orquestrado pelos representantes do capital.

Desta forma, sem a garantia das condições para o exercício da reflexão crítica a formação profissional e o trabalho das/os assistentes sociais podem limitar no reforço um perfil profissional que segue na perspectiva de meros executores terminais das políticas públicas. Por isso, nesse contexto societário neoliberal de desmonte de direitos, é válido destacar a importância da reflexão da teoria social crítica para decifrar as contradições fundantes desta realidade social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. Serviço Social e Sociedade. Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo, ano XXV, n.79, p.72-81, set. 2004.

ALMEIDA, A. C. P. dos S. A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no Nordeste brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal. (Dissertação –Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe, 2013.

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. Serviço social e sociedade nº 104. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, L. M. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº106, 2011.

COGGIOLA, O. Políticas públicas, políticas privadas e avaliação. In.: Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Vol. 1, nº 1, Brasília, Ano X, nº 23, p. 7-13, fev. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. (Org. Conselho Federal de Serviço Social); colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

_____. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Brasília: CFESS, 2014. v.2.. <Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/767>>. Brasília: CFESS, 2017.

FORTUNATO, S. A. O. Escola, Educação e Trabalho na Concepção de Antônio Gramsci. In: Anais do IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, 2009, p. 9466-9477. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2015_2166.pdf>. Acesso em: 25/05/2016.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, k. O novo rosto da educação superior. Revista Classe da Associação dos Docentes da UFF – janeiro/fevereiro/março. p. 17-24, 2010.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política, Vol.1, (Trad. Reginaldo Sant'Anna) 26ª edição. Rio de Janeiro, Boitempo, 2008.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OBSERVARH/UERJ. In.: Indicadores das Graduações em Saúde Estação de Trabalho IMS/UERJ do ObservaRH. Serviço Social. 2012. <Disponível em: http://www.obsnetims.org.br/uploaded/4_7_2013__0_Servico_Social.pdf. Acesso em: 20 maio 2015.>

ORTIZ, F. G. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. In.: GUERRA, Y; LEITE, J. L; ORTIZ, F. G.(Orgs.). Temas Contemporâneos: o Serviço Social em Foco. São Paulo: Outras expressões, 2013.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

TONET, I. Educação e revolução. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S(orgs). Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 51-64.